



PREFEITURA MUNICIPAL DE EMBU GUAÇU
ESTADO DE SÃO PAULO

Paço Municipal Prefeito Ademar João Estevam
Secretaria Municipal de Administração

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR **Nº 018 /2025**

"Altera o Parágrafo Único do art. 118, para 5 parcelas, mínimo 60,00 (sessenta reais), sobre as Taxas, acrescenta o Inciso III, do art.129, do §4º, da Lei 1.724/2001, sobre a cobrança proporcional no encerramento, e, altera o §6º para 5 parcelas, mínimo 60,00 (sessenta reais), sobre a taxa de licença, acrescenta no art.135, o Inciso III, sobre a cobrança proporcional no encerramento, dos contribuintes perante o Município de Embu Guaçu e dá outras providências".

O PREFEITO DE EMBU-GUAÇU, FRANCISCO JOSÉ DO NASCIMENTO, usando de suas atribuições legais apresenta a Câmara Municipal de Embu-Guaçu o seguinte Projeto de Lei.

Art. 1º Fica alterado o parágrafo único, do art. 118, da Lei nº 1.724/2001, de 13 de novembro de 2001, que trata da Arrecadação.

Art. 118...

Parágrafo Único - As Taxas de que se trata o caput, será dividido em até 5 (cinco) prestações iguais, nos vencimentos e local indicados no aviso de lançamentos, observando-se, entre o pagamento de uma e outra prestação, o intervalo mínimo de 30 (trinta) dias, bem como o limite mínimo de R\$ 60,00 (sessenta reais) por parcelas, podendo, ainda, conceder descontos de até 10% (dez por cento) do valor lançado para pagamento em parcelas únicas, como dispuser em decreto.

Art. 2º Fica Acrescentado no art. 129, do §4º, o inciso III, na Lei 1.724/2001, de 13 de novembro de 2001.

Art. 129...

§4º...

III - No caso de encerramento das atividades econômicas, a Taxa de Funcionamento será calculada proporcionalmente ao período efetivo em que a empresa exerceu suas atividades nos exercícios, mediante requerimento do contribuinte e comprovação junto ao órgão competente.

Art.3º Fica alterado o § 6º, do art. 129, da Lei nº 1.724/2001, de 13 de novembro de 2001.



PREFEITURA MUNICIPAL DE EMBU GUAÇU
ESTADO DE SÃO PAULO

Paço Municipal Prefeito Ademar João Estevam
Secretaria Municipal de Administração

Art. 129...

§ 6º - A Taxa de Licença para Funcionamento será anual, podendo ser recolhida em até 5 (cinco) PARCELAS mensais e consecutivas, observando o limite de R\$ 60,00 (sessenta reais) por parcelas, bem como o interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre elas, nos vencimentos e local indicados no aviso de lançamento, que terá os efeitos de notificação e será entregue no domicílio fiscal do contribuinte constante do cadastro imobiliário mediante a continuidade das atividades ou da prática dos atos sujeitos ao Poder de Polícia Administrativa do Município.

Art. 4º Fica Acrescentado no art. 135, do parágrafo único, o inciso III, na Lei nº 1.724/2001, de 13 de novembro de 2001.

Art. 135...

Parágrafo Único...

III - No caso de encerramento das atividades econômicas, a Taxa de Funcionamento será calculada proporcionalmente ao período efetivo em que a empresa exerceu suas atividades nos exercícios, mediante requerimento do contribuinte e comprovação junto ao órgão competente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos após decorridos 90 (noventa) dias de sua publicidade.

Embu-Guaçu aos 27 (vinte e sete) dias do mês de Novembro de 2025.


Francisco José do Nascimento
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria Municipal de Governo, aos 27 (vinte e sete) dias do mês de Novembro de 2025.



PREFEITURA MUNICIPAL DE EMBU GUAÇU
ESTADO DE SÃO PAULO

Paço Municipal Prefeito Ademar João Estevam
Secretaria Municipal de Administração

JUSTIFICATIVA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº018/2025

O Código Tributário Municipal, atualmente apresenta dispositivos defasados e incompatíveis com a necessidade administrativa, a devida alteração tem por finalidade, disciplinar a instituição, arrecadação e a fiscalização dos tributos de competência Municipal, em conformidade aos princípios constitucionais da Justiça fiscal, eficiência administrativa, segurança jurídica e capacidade contributiva, importante e relevante alterações, exigência de maior coerência normativa para a adequação das rotinas de arrecadação e fiscalização, EC 132/2023 (Reforma Tributária).

Considerando a proposta de alteração sobre a matéria tributária necessário, pelo fato que a desatualização pode comprometer a validade da cobrança, podendo gerar, nulidade nos autos de infrações, litígios administrativos ou judiciais, até perda na arrecadação. Reestruturar o código tributário trás de forma mais justa, racional e proporcional, garantindo o princípio da capacidade contributiva art. 145, § 1º, CF, hoje, não reflete a realidade econômica do Município gerando distorções e inequidades.

Diante do Exposto, as alterações não se tratam apenas de medidas administrativas, mas de imperativo jurídico, econômico e institucional, com objetivos de assegurar legalidade, justiça fiscal tributária, e reforçar a segurança jurídica, recomenda-se a análise da proposta, sobre atualização do Código Tributário.

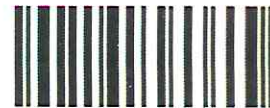
Embu-Guaçu, aos 27 (vinte e sete) dias do mês de Novembro de 2025.


Francisco José do Nascimento
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria Municipal de Governo, aos 27 (vinte e sete) dias do mês de Novembro de 2025.



Câmara Municipal de Embu-Guaçu - Embu-Guaçu - SP
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo



001537

COMPROVANTE DE PROTOCOLO - Autenticação: 12025/12/02001537

Número / Ano	001537/2025
Data / Horário	02/12/2025 - 09:34:33
Ementa	Altera o Parágrafo Único do art. 118, para 5 parcelas, mínimo 60,00 (sessenta reais), sobre as Taxas, acrescenta o Inciso III, do art.129, do §4º, da Lei 1.724/2001, sobre a cobrança proporcional no encerramento, e, altera o §6º para 5 parcelas, mínimo 60,00 (sessenta reais), sobre a taxa de licença, acrescenta no art. 135, o Inciso III, sobre a cobrança proporcional no encerramento, dos contribuintes perante o Município de Embu Guaçu e dá outras providências.
Autor	CHEFE DO PODER EXECUTIVO
Natureza	Legislativo
Tipo Matéria	PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
Número Páginas	3
Emitido por	gabinetepresidencia